

**ARTIGO**

Recebido em 15 de dezembro de 2021

Aprovado em 14 de julho de 2022

# Tabu linguístico de decência sob o viés sócio histórico: o campo semântico das relações extraconjugais e extraoficiais na história da língua portuguesa

Linguistic taboo of decency under socio-historical tendency: the semantic field of extramarital and unofficial relations in the history of Portuguese

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v8i2.48922>

*Daniel Abud Marques Robbin*

Professor substituto no Instituto Federal de Santa Catarina (Campus Gaspar). Mestrando em Linguística na área de concentração Sociolinguística e Dialetoлогия e na linha de pesquisa Contato, Variação e Mudança pela Universidade Federal de Santa Catarina. Possui interesse em análises dialetológicas e sociolinguísticas que tenham por base o nível lexical da língua.

E-mail: [danielabudmr@gmail.com](mailto:danielabudmr@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2527-1694>

## RESUMO

Este trabalho, a partir do aporte teórico dos Estudos do Léxico e do Léxico Tabu (ULLMANN, 1964; KROLL, 1984; BIDERMAN, 1992, 2006; ISQUERDO, 2008; ORSI, 2012), propõe-se a revisitar o campo semântico lexical tabuístico das relações extraconjugais e extraoficiais na história da língua portuguesa. Como objetivos específicos, visamos a descrever as variantes *amancebado(a)*, *amasiado(a)*, *amásio(a)*, *amigo(a)*, *amigado(a)*, *concubino(a)* e *mancebo(a)* sob uma perspectiva variacionista e também léxico-semântica; relacionar a fixação dessas unidades lexicais na periodização da história da língua portuguesa a partir da proposta de Lindley Cintra (*apud* GALVES, 2012); evidenciar marcas de mudança lexical e semântica desse campo semântico nas fases da língua portuguesa, de modo geral. Os resultados preliminares apontaram para o maior grau de conservadorismo, em termos cronológicos, da variante *amigo(a)*, majoritária no imaginário do português medieval, em *corpora* datados dos séculos XIII a XV. *Amigo(a)* e *mancebo(a)*, as variantes mais antigas, concorrem nesse período da língua. Mesmo com a prevalência da primeira variante no português antigo, a segunda aparece mais no contexto pejorativo de autos criminais portugueses das fases seguintes do português (médio, clássico e moderno), bem como no Português Brasileiro, sob a forma *amancebado(a)*. Data-se, ainda, do século XVI, a documentação do campo lexical do *concubinato*, já no assim chamado português clássico. Uma análise preliminar que contrasta a norma do Português Brasileiro do Paraná e do Português Europeu no século XVII atesta uma competição entre *mancebia* e *concubinato*, com prevalência da primeira variante na norma do PE e da segunda na norma do PB paranaense. Futuros estudos histórico-dialetológicos que contrastem ambas as normas regionais poderão dar conta de comprovar os resultados apontados na análise dessas primeiras amostras.

**Palavras-chave:** Periodização. Linguística Histórica. Léxico histórico. Tabu de decência.

## ABSTRACT

This work, with the theoretical contribution of the Lexical Studies and Lexical Studies of taboos (ULLMANN, 1964; KROLL, 1984; BIDERMAN, 1992, 2006; ISQUERDO, 2008; ORSI, 2012) proposes to revisit the tabuistic lexical semantic field of extramarital and extraofficial relationships in the history of the Portuguese language. As specific objectives, we aim to describe the variants *amancebado(a)*, *amasiado(a)*, *amásio(a)*, *amigo(a)*, *amigado(a)*, *concubino(a)* and *mancebo(a)* from a variationist perspective and also lexicon-semantics; relate the fixation of these lexical units in the periodization of the history of the Portuguese language from the proposal of Lindley Cintra (*apud* GALVES, 2012); highlight evidences of lexical and semantic change of this semantic field in the phases of the Portuguese language, in general. The preliminary results pointed to the higher degree of conservatism, in chronological terms, of the variant *amigo(a)*, majority in the imaginary of medieval Portuguese, in *corpora* dating from the 13th to the 15th centuries. *Amigo(a)* and *Mancebo(a)*, the oldest variants, compete in this period of the language. Even with the prevalence of the first variant in Old Portuguese, the second one appears more in the pejorative context of Portuguese criminal cases of the following phases of Portuguese (middle, classical and modern), as well

as in Brazilian Portuguese, in the form *amancebado(a)*. The documentation of the lexical field of *concubinato* dates from the 16th century, already in the so-called classical Portuguese. A preliminary analysis that contrasts the norm of Brazilian Portuguese of Paraná and European Portuguese in the 17th century attests a competition between *mancebia* and *concubinato*, with prevalence of the first variant in the norm of PE and the second in the norm of PB from Paraná. Future historical-dialectological studies that contrast both regional norms may prove the results pointed out in the analysis of these first samples.

**Keywords:** Periodization. Historical Linguistics. Historical lexicon. Taboo of decency.

## Introdução

Designar coisas, objetos, pessoas e até mesmo relações é uma constante para os mais diversos tipos de sociedade, sejam estas orientais ou ocidentais, antigas ou recentes, conservadoras ou inovadoras. Os rótulos fazem parte da categorização e da hierarquização que constrói os modelos de vida em sociedade. Fazem parte, portanto, das normas socioculturais e comportamentais. Mais do que isso, os rótulos são reflexos linguísticos dessas normas.

Biderman (2001, p. 13) ressalta que “a nomeação da realidade pode ser considerada etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo”, configurando-se enquanto um fato indispensável para que tomemos conhecimento de quem somos, do lugar que ocupamos do mundo, das pessoas com quem nos relacionamos e das formas pelas quais nos relacionamos. Mas essa etiquetagem não é um processo neutro.

Dar nome às coisas implica fazer uso do léxico, o nosso acervo mental por excelência. E para que possamos compreender melhor essa diversidade de usos, precisamos ter em conta que:

[...] a linguagem faz parte da história social de um grupo social e é expressa por palavras que formam o sistema lexical de uma língua e, conseqüentemente, de um povo. Logo, estudar o léxico de uma língua é estudar também a história do povo que a fala. (ORSI, 2012, p. 164)

Ou seja, os estudos do léxico, naturalmente, fazem parte do rol das ciências sócio- históricas da língua.

A importância da perspectiva histórica de visualização da língua e dos fatos linguísticos reside na ideia de reconstrução da cultura, dos comportamentos e das identidades passadas, de modo que entendamos como chegamos no estágio atual da sociedade em que nos inserimos. E nesse sentido, o léxico é importante ferramenta de compreensão da sócio-história da língua e da sociedade, afinal, “num vocabulário estão sintetizadas a vida, os valores e crenças de uma comunidade social”. (BIDERMAN, 1992, p. 399).

Nessa esteira, propomos, neste artigo, uma revisita ao passado histórico da língua portuguesa, no que concerne ao campo semântico dos tabus linguísticos de decência (ULLMANN, 1964; KROLL, 1984), partindo da hipótese inicial de que esse subtipo de unidades lexicais pode trazer informações consideráveis para a reconstrução da sócio-história de uma época. Justificamos, portanto, a importância do trabalho pela ausência de trabalhos que considerem os tabus linguísticos na perspectiva da Linguística Histórica.

Como objetivo central, visamos a investigar a história do campo semântico-lexical das relações extraconjugais e/ou extrafamiliares em Portugal e no Brasil, entre os séculos XIII e XX e, com isso: I) descrever as variantes *amancebado(a)*, *amasiado(a)*, *amásio(a)*, *amigo(a)*, *amigado(a)*, *concupino(a)* e *mancebo(a)* sob uma perspectiva variacionista e também léxico-semântica; II) relacionar a fixação dessas unidades lexicais na periodização da história da língua portuguesa a partir da proposta de Lindley Cintra (*apud* GALVES, 2012); III) evidenciar marcas de mudança lexical desse campo semântico nas fases da língua portuguesa.

### 1. O(s) projeto(s) da Linguística Histórica dentro

## da história dos estudos linguísticos

Ao pensarmos o papel da Linguística Histórica no centro dos estudos da linguagem, precisamos trazer à tona, inicialmente, a distinção proposta por Mattos e Silva (2008, p. 9) entre Linguística Histórica Sócio-Histórica e Linguística Diacrônica Associal. Basicamente, enquanto a primeira se ocupa das relações entre língua, história e sociedade, considerando os fatores extralinguísticos no conjunto dos fatos linguísticos, a segunda trata apenas dos fatos e fatores inerentes à estrutura linguística. Este é um estudo que se centra na direção da Linguística Histórica Sócio-Histórica.

De acordo com Faraco (2005, p. 14), “A realidade empírica central da linguística histórica é o fato de que as línguas humanas mudam com o passar do tempo”, configurando-se enquanto objeto dinâmico.

Cumpra a esta disciplina realizar a investigação dos diferentes estágios pelos quais passa uma língua antes de chegar ao estado em que nos inserimos nos dias atuais. Para tanto, deve-se recuperar as noções de sincronia e diacronia propostas por Saussure (2006 [1916]). O teórico estruturalista propõe a diacronia, na qual “o centro das atenções são as mudanças por que passa uma língua no tempo” (FARACO, 2005, p. 95), e a sincronia, através da qual a língua é “vista como um sistema estável num espaço de tempo aparentemente fixo” (FARACO, 2005, p.95). Assumimos a posição de que a sincronia é o recorte fotográfico do sistema linguístico, captando apenas um ângulo em específico. Por sua vez, a diacronia trata do sistema em diferentes recortes, aproximando-se, metaforicamente, de um filme da língua, em seus mais diversos ângulos no tempo e no espaço. Antes da distinção proposta por Saussure, vários estudiosos se debruçaram sobre o objeto de estudo da Linguística Histórica sob diferentes perspectivas.

Na visão de Mattos e Silva (2008), é Bopp quem inaugura os estudos de linguística histórica, em meados do século XIX, ao propor a reconstrução histórico-genética das línguas naturais e das famílias de línguas a partir da comparação das similaridades entre as chamadas línguas-irmãs. Os comparatistas, primeiro grupo engajado com os estudos de mudança linguística, visavam a reconstituir, principalmente, a protolíngua, ou seja, a língua-mãe que derivara as outras línguas-filhas. Na perspectiva da autora, ainda no século XIX surge uma corrente de oposição aos comparatistas, são os neogramáticos, ou *Junggrammatiker*, um grupo de linguistas de origem alemã que assumem a postura de que as mudanças linguísticas são governadas por leis linguísticas, as *fonéticas* e as de *analogia*. Segundo Ilari (1999), o grupo é influenciado, em grande parte, pelos preceitos das ciências naturais e do positivismo vigentes na época. Além disso,

recomendaram ao contrário que a atenção dos pesquisadores se voltasse para as línguas vivas, onde os processos de evolução linguística poderiam ser vistos em ação, e onde poderiam ser captadas as forças psicológicas que estão na base do funcionamento e da evolução das línguas. (ILARI, 1999, p. 19)

Como se pode perceber, são posturas que enquadram a língua enquanto objeto fixo, desconsiderando, ainda, a importância do espaço, da sociedade e da própria história.

É o que Mattos e Silva (2008) denomina linguística intrassistêmica. Nessa esteira, seguem-se os estudos de Saussure, o denominado estruturalismo sincrônico, que prioriza os estados atuais do sistema linguístico, em detrimento aos fatos diacrônicos, de ordem secundária, já que o próprio nome da corrente explica o seu objeto de estudo: a estrutura linguística. Os estruturalistas do Círculo de Praga fizeram alguns

avanços, nesse sentido, em relação ao corte saussureano, pois admitem que “o estudo diacrônico não exclui a noção de sistema e, mais ainda, que sem essa noção seria um estudo incompleto”. (FARACO, 2005, p. 156).

Por volta da década de 1960, os estudos gerativistas, apesar de não centrarem sua atenção sob as mudanças na língua, entendem-nas enquanto “submetidas aos princípios da gramática universal, inata nos indivíduos humanos” (MATTOS e SILVA, 2008, p. 46). Nesse primeiro momento, de acordo com Faraco (2005) o foco desse gerativismo diacrônico é compreender o modo como as mudanças linguísticas alteram as regras dessa gramática internalizada dos falantes, já que a ênfase da teoria gerativa é a aquisição da linguagem. Em segundo momento,

os gerativistas começaram a considerar que a mudança sintática pode fornecer argumentos para a construção da teoria de gramáticas possíveis, além de revelar impossíveis de uma gramática; assim se apresentaram rumos para a busca de explicações da mudança sintática no âmbito de uma teoria não apenas da mudança linguística, mas no âmbito da gramática. (MATTOS e SILVA, 2008, p. 48).

Desse modo, as duas perspectivas do gerativismo diacrônico também se enquadram dentro dos estudos intrassistêmicos da mudança, considerando apenas fatores internos ao sistema.

De outro lado, os estudos em perspectiva sócio-histórica ou extralinguística derivam do pioneirismo de Schuchardt, um austríaco que, vivendo no século XIX, fez oposição direta aos neogramáticos. O teórico “chamou atenção para a imensa gama de variantes de fala existente numa comunidade qualquer, variedades essas condicionadas por fatores como o sexo, a idade, o nível de escolaridade do falante.” (FARACO, 2005, p. 151). A relevância de seu projeto também consiste em considerar o efeito do contato linguístico sobre a mudança. Antoine Meillet é outro importante antecessor da perspectiva extralinguística da mudança. De acordo com Mattos e Silva (2008), enquanto Saussure opta pela separação entre fatos diacrônicos e estrutura linguística, Meillet trabalha com a união desses elementos.

Não menos importante é a teoria da variação e da mudança postulada por Weinreich, Labov e Herzog (1968, *apud* Mattos e Silva, 2008), a qual afirma a heterogeneidade ordenada do sistema linguístico e a possibilidade do estudo empírico das variações e mudanças dessa estrutura, considerando-se aspectos sociais, como a própria relação do indivíduo com o grupo social e com a sociedade. A grande contribuição dos estudos sociolinguísticos para a visão histórica das línguas é o refino na sistematização da mudança linguística, que pode ser verificada através de estudos em tempo real, se compararmos a fala de um único informante ou de um grupo de informantes com as mesmas características sociais a partir de sincronias sucessivas em uma comunidade de fala, ou ainda através da própria língua escrita. Outra perspectiva de análise é o estudo da mudança em tempo aparente, através do contraste entre a fala de informantes de faixas etárias distintas em uma mesma sincronia. Dessa forma, “o que parece relevante para a mudança não é propriamente a função linguística de um elemento, mas antes a informação social veiculada por suas várias realizações [...]” (FARACO, 2005, p. 188).

## **2. A língua portuguesa sob a égide da periodização: um breve passeio por diferentes propostas**

Quadro 01 – As periodizações da língua portuguesa reunidas por Mattos e Silva (2006)

Época	Leite de Vasconcelos	Silva Neto	Pilar V. Cuesta	Lindley Cintra
até s. IX (882)	pré-histórico	pré-histórico	pré-literário	pré-literário
até ± 1200 (1214-1216)	proto-histórico	proto-histórico		
até 1385/1420	português arcaico	trovadoresco	galego-português	português antigo
até 1536/1550		português comum	português pré-clássico	português médio
até s. XVIII	português moderno	português moderno	português clássico	português clássico
até s. XIX/XX			português moderno	português moderno

Fonte: Mattos e Silva (2006).

A partir do quadro, evidenciam-se duas concepções teórico-metodológicas distintas sobre a periodização da história da língua portuguesa, na verdade, do que parece ser o português europeu.

Leite de Vasconcelos e Silva Neto assumem, em comum, a existência de um período pré-histórico e outro proto-histórico. Na visão de Vasques-Cuesta e Lindley Cintra esses dois períodos podem ser compreendidos enquanto período pré-literário. Há de se perceber que as subdivisões do primeiro grupo teórico se norteiam por critérios de cunho histórico, enquanto os do segundo grupo parecem ser direcionadas pelo critério literário.

Todavia, a proposta de periodização de Silva Neto se distancia um pouco da de Leite de Vasconcelos quando o primeiro autor, ao se guiar pelo critério literário, propõe um português trovadoresco entre 1385 e 1420, seguido por um português comum. O período em que se dá o português arcaico, para Leite de Vasconcelos, corresponde à subdivisão entre português trovadoresco e português comum, para Silva Neto. Vasques-Cuesta, por sua vez, “ressalta o aspecto geográfico-político da identidade inicial com o galego.” (GALVES, 2012, p. 66). Enquanto isso, Lindley Cintra compreende o período através do critério cronológico (português *antigo*).

Adotaremos, nesse trabalho, a periodização de Lindley Cintra. Nesse sentido, não entendemos o período do português *médio* enquanto uma fase de gestação de um novo período (*clássico*), como Vasques-Cuesta. Essa nos parece a divisão mais acertada pois, conforme veremos em nossa análise, alguns itens lexicais começam a surgir muito próximos da data em que Lindley Cintra compreende o começo do período *médio* do português. Além disso, veremos que, no português *moderno*, algumas unidades lexicais deixam de ser utilizadas com a carga altamente pejorativa que antes possuíam.

Além disso, alguns itens lexicais de nossa pesquisa, conforme veremos, parecem ser usados com menor frequência por volta do século XV/XVI, período em que começam a surgir competições entre outros itens lexicais. Parece ser este um período de transição, se nos guiarmos pelo nosso objeto de estudo, as designações para relações extraconjugais e/ou extraoficiais em PB e PE. Outros itens parecem surgir apenas por volta do século XIX, o assim chamado período do português *moderno*, conforme Lindley Cintra.

### 3. Os estudos do léxico em perspectiva sócio-histórica

Devido à sua grande maleabilidade, dinamicidade e estatuto de sistema aberto dentro dos fatos de linguagem, o léxico “é a parte da língua mais sensível a modificações. Nele os itens surgem e se tornam obsoletos rapidamente” (ORSI, 2012, p. 170), e não só o léxico está suscetível às mudanças, mas também os significados gerados a partir da expansão do acervo lexical de uma comunidade de falantes. Ilari (1999, p. 124), parafraseando Ullmann, aponta “cinco ordens de circunstâncias que podem associar-se à mudança de significado: lingüísticas, históricas, sociais, psicológicas e circunstâncias determinando a necessidade de um novo termo”. Em nossos estudos, adotaremos a posição de que as designações para relações extraconjugais e/ou extraoficiais, se pensadas enquanto tabus linguísticos, transitam entre fatores sociais e psicológicos de mudança de sentido das palavras, à medida que “Vários termos relacionados com o amor ilícito deterioraram-se no seu significado como resultado do uso eufemístico.” (ULLMANN, 1964, p. 433).

De acordo com Bybee (2020), as palavras de uma língua podem surgir a partir de recursos internos, tais como a composição e a derivação, mas também na forma de adaptação de empréstimos de outras línguas. No nosso caso, não são raros os empréstimos da língua latina, já que a língua portuguesa é considerada uma língua neolatina.

No que concerne às palavras das línguas em geral,

nem sempre elas desaparecem por completo da língua. Palavras obsoletas ou partes dela foram o léxico e podem ser encontradas em remotos cantos empoeirados, trancadas dentro de outras palavras ou usos formulaicos. (BYBEE, 2020, p. 355)

Mattos e Silva (2009, p. 19) relativiza o conceito de neologismo e arcaísmo, pois “Desaparecendo e reaparecendo, as palavras continuam suas histórias, a depender da história dos falantes das línguas”. Muitas vezes, formas arcaicas do português antigo podem reaparecer em traços de dialetos rurais de localidades remotas. Este é o caso de *sarolha*, por exemplo, item lexical que remonta a textos medievais portugueses e foi documentado por Cardoso e Rollemberg (1994, *apud* MATTOS e SILVA, 2009) em dialetos rurais baianos. O tempo e o espaço são agentes intrinsecamente ligados à manutenção, difusão ou substituição de itens lexicais na história das línguas.

Na verdade, é bastante comum a manutenção de determinadas unidades lexicais em algumas línguas, no decorrer dos séculos. Isto se deve, em grande parte, à convencionalidade da língua, pois “Já que os falantes têm de usar palavras, sons e padrões estabelecidos para se entenderem, esses padrões estabelecidos são reforçados, e isso contribui para sua estabilidade”. (BYBEE, 2020, p. 38). Entendemos, nessa perspectiva, tais itens lexicais enquanto unidades pancrônicas.

Tais padrões são as normas linguísticas. A norma, na perspectiva de Coseriu (1979, p. 50 *apud* ISQUERDO, 2008, p. 447) se configura como “um sistema de realizações obrigatórias, consagradas social e culturalmente”. Ora, o léxico possui caráter naturalmente coletivo, Biderman (1992) o trata enquanto herança cultural, tendo em conta que “uma grande parte do nosso patrimônio cultural recebêmo-la dos nossos antepassados, os portugueses. E o temos conservado, cristalizado sobretudo no vocabulário, como reflexo que o léxico é das abstrações conceituais”. (BIDERMAN, 1992, p. 399). Em contrapartida, a mesma autora ressalta que devido ao fato de o vocabulário acompanhar as transformações nas estruturas sociais, também tende à mudança. Um estágio de língua corresponde a um estágio de sociedade, nessa perspectiva. E aí reside a importância dos estudos sócio-históricos do léxico.



## 4. Metodologia

Ancorando-se nas teorias sobre a periodização da língua portuguesa, sobretudo as de Lindley Cintra (*apud* GALVES, 2012), e nos pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Histórica e da Linguística de Corpus, propomos um percurso analítico sobre a sócio-história de algumas palavras pertencentes ao campo semântico das relações extraconjugais e extraoficiais em língua portuguesa, partindo da premissa de que o léxico é testemunha de uma cultura (BIDERMAN, 1992).

Para tanto, delineamos oito etapas para a investigação dessas designações, a saber, *amigaço* e seu campo lexical, *concupinato* e seu campo lexical, *mancebia* e seu campo lexical, *amasia* e seu campo lexical. As fases da pesquisa estão relacionadas no quadro adiante:

Quadro 02 – Etapas do trabalho

Etapa	Ação
<b>Etapa 01</b>	Coleta das expressões a serem analisadas a partir do dicionário de palavrões de Souto Maior (2010 [1980])
<b>Etapa 02</b>	Revisão de literatura (textos de Linguística Histórica e História Social)
<b>Etapa 03</b>	Análise etimológica das variantes e de itens pertencentes ao seu respectivo campo lexical, com base em Nascentes (1966) e Cunha (2010)
<b>Etapa 04</b>	Análise da presença dessas designações em <i>corpus</i> medieval, especificamente, cantigas galego-portuguesas e <i>corpus</i> informatizado do português medieval, disponibilizados pela Universidade Nova de Lisboa.
<b>Etapa 05</b>	Verificação da presença e acepção das variantes em Bluteau (1712) e em Biderman e Murakawa (2021), registros lexicográficos de sincronias passadas.
<b>Etapa 06</b>	Análise da presença dessas designações em autos criminais dos séculos XV a XIX em Portugal e do século XVIII, no estado brasileiro do Paraná.
<b>Etapa 07</b>	Verificação quantitativa do uso dessas designações na língua literária escrita dos séculos XIX e XX.

Fonte: Elaboração própria.

## 5. Análise de corpora

Observemos, inicialmente, a partir do dicionário específico de palavrões de Souto Maior (2010 [1980]), as acepções para os itens lexicais *amigado*, no que se refere à relação conjugal entre dois indivíduos sem que haja matrimônio.

Quadro 03 – Acepções para as expressões em Souto Maior (2010 [1980])

Dicionário	Acepção
------------	---------

<b>Amigado; Amigação</b>	<p>“Amancebado”, registra Aurélio Buarque de Holanda (2). Abon.: “Tão grave parecia a Vilhena o inconveniente e tão generalizados deviam ser os casos de padres de fortuna <i>amigados</i> com negras e mulatas, que o professor de grego chamou para o fato a atenção de Dom João VI...” (FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala (1ª ed.bras.) Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1973, p.446). Vocábulo também corrente em Portugal, conforme o registro de Albino Lapa (62).</p> <p>Amigação – “Amasiamento, concubinato. Der.: amigado, amasiado, que vive em concubinato,” registra Silveira Bueno (3)</p>
<b>Amancebado</b>	Amasiado, amigado.
<b>Amásio; amasiar-se</b>	<p>Amásio – “Indivíduo amancebado”, registram Aurélio Buarque de Holanda (2) e Silveira Bueno (3)</p> <p>Amasiar-se – “Amigar-se, viver em concubinato, casamento ilícito”, registram Aurélio Buarque de Holanda (2) e Silveira Bueno (3).</p>
<b>Concubina</b>	Diz-se da “amante, amásia”. Do latim, <i>concumbere</i> , deitar-se com, registra Silveira Bueno (3).

Fonte: Souto Maior (2010 [1980]).

*A priori*, podemos fazer algumas considerações interessantes a partir destas acepções. Uma delas é a relação bem delimitada de sinonímia entre as variantes arroladas neste registro lexicográfico. Todavia, é necessário que nos questionemos: será que essas variantes sempre foram sinônimas? E o significado dessas expressões, tem sido o mesmo durante o transcorrer dos séculos ou vem acompanhando as mudanças nas configurações das estruturas socioculturais?

De acordo com Souto Maior (2010 [1980]), o item lexical *amigado* faz parte de duas normas lexicais, tanto a brasileira quanto a portuguesa. Também fica evidente que a prática da *mancebia* não é algo tão recente para a cultura luso-brasileira. Nos tempos da escravidão, de acordo com Freyre (1973, *apud* Souto Maior, 2010 [1980]), este era um costume recorrente até mesmo entre o clero, fato que demonstra o seu caráter um tanto quanto generalizado, conforme o autor.

E esse caráter interdito do costume, muitas vezes mal visto, por conta das normas sociais da época, acaba se refletindo na forma como interpretamos o referente e em sua materialização linguística, por conseguinte.

Etimologicamente:

**Quadro 04** – Acepções etimológicas das expressões

Unidade lexical	Acepção
<b>Amancebar</b>	Cf. MANCEBIA

	Mancebo – <i>sf.</i> ‘moço, rapaz’ ‘amante, aquele que vive em mancebia’ XIII. Do lat. <i>mancipus</i> de <i>mancipium</i> ‘ação de adquirir ou tomar na mão’ ‘ <i>ext.</i> escrav’, de <i>manceps</i> (de <i>manus</i> + <i>capitō</i> ); <b>Manceba</b> <i>sf.</i> ‘criada, concubina, mulher jovem’ XIII; <b>Amancebar</b> XVI ; <b>Mancebia</b> <i>sf.</i> ‘juventude’ XIV ‘estado dos que vivem amancebados’ 1813.
<b>Amásia, -ado, -ar, -o</b>	Cf. AMAR <b>Amásio</b> – XVII. Do lat. <i>amasius</i> .; <b>Amásia</b> – 1813. Do lat. <i>amasia</i> ; <b>Amasiar</b> – 1844; <b>Amasiado</b> – 1871
<b>Amiga, amigar, amigo</b>	<b>Amiga</b> – <i>sf.</i> ‘colega’ ‘concubina’ XIII; <b>Amigo</b> – adj. Sm. ‘companheiro, colega’ XIII. Do lat. <i>amicus</i> ; <b>Amigar</b> – XVII.
<b>Concubina</b>	<i>sf.</i> ‘Mulher que vive amasiada com um homem’ 1813. Do lat. <i>concubina</i> ; <b>Concubinário</b> XV; <b>Concubinato</b> 1813. Do lat. <i>concubinatus</i> .

Fonte: Elaboração própria, a partir de Cunha (2010, p. 31-405).

Ao tomarmos estas variantes enquanto concorrentes, em pelo menos algum dos estágios da língua portuguesa, seja na esfera lusa, seja na esfera brasileira, o primeiro passo é precisar quando começaram a concorrer enquanto tais.

Aparentemente, *amigo(a)* e *mancebo(a)* são variantes datadas do século XIII. Todavia, nas palavras de outro etimólogo, Nascentes (1966, p.39), *amiga* já pode ser encontrada no sentido de *amásia* no latim, o que provavelmente indica a sua maior antiguidade em termos cronológicos.

No latim, de acordo com Nascentes (1966, p.36), *amasia* significava “namorada. Passou a significar mulher que vive na companhia de um homem sem ser casada com êle”, o que demonstra uma possível mudança semântica da passagem do latim para o substrato românico de base galego-portuguesa. Novamente, reforça-se o caráter mais antigo e conservador da variante *amiga*, que, de acordo com os etimólogos, foi transpassada no mesmo sentido da língua-mãe para a língua-filha.

Acreditamos que possa ter havido grande influência das cantigas de *amigo*, presentes no período o qual Lindley Cintra classificou como sendo português *antigo* (*apud* GALVES, 2012), enquanto fator de manutenção e difusão dessa forma linguística do latim para o português, já que as cantigas trovadorescas vinham tendo grande difusão justamente no século XIII, momento em que *amigo* está documentada no português arcaico, de acordo com Cunha (2010). A pejoratividade da designação pode ser verificada na cantiga de escárnio e maldizer relacionada a seguir:

A vós, Dona abadessa,  
de mim, Dom Fernand'Esquio,  
estas doas vos envio,  
porque sei que sodes essa  
dona que as mercedes:  
quatro caralhos franceses  
e dous aa prioressa.

Pois sodes amiga minha  
nom quer'a custa catar,  
quero-vos já esto dar  
ca nom tenho al tam aginha:  
quatro caralhos de mesa  
que me deu ãa burguesa,

dous e dous ena baina.

Mui bem vos semelharám  
ca sequer levam cordões  
de senhos pares de colhões;  
agora vo-los darám:  
quatro caralhos asnaes,  
enmanguados em coraes  
com que calhedes a mam.

(ESQUIO, in UNIVERSIDADE DE LISBOA, 2011- 2012, s.p.)

De acordo com informações reunidas pelo Projeto Cantigas Medievais Galego-Portuguesas da Universidade Nova de Lisboa, Fernando Esquio foi um

Trovador galego, muito provavelmente ativo em finais do século XIII e inícios do seguinte. Parece ser originário da região do Ferrol onde a família Esquio possuía propriedades (em Neda e Jubia) e onde encontramos alguns dos elementos desta linhagem a desempenhar funções públicas de certa importância. (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, 2011-2012, s.p.)

A crueza da linguagem, sem ressalvas aos tabus linguísticos, como os próprios nomes do órgão sexual masculino, *caralhos* e *colhões*, variantes popularescas, reforça o caráter pejorativo desta cantiga de escárnio e maldizer. O eu-lírico trovador se dirige à sua *amiga* Dona Abadessa, dizendo-lhe que enviará alguns objetos sexuais que satisfarão os seus desejos. As cantigas de escárnio e maldizer tendiam a ser lugar-comum para o léxico tabu e para a expressão dos defeitos e das práticas tidas como imorais pelo imaginário da época, pois

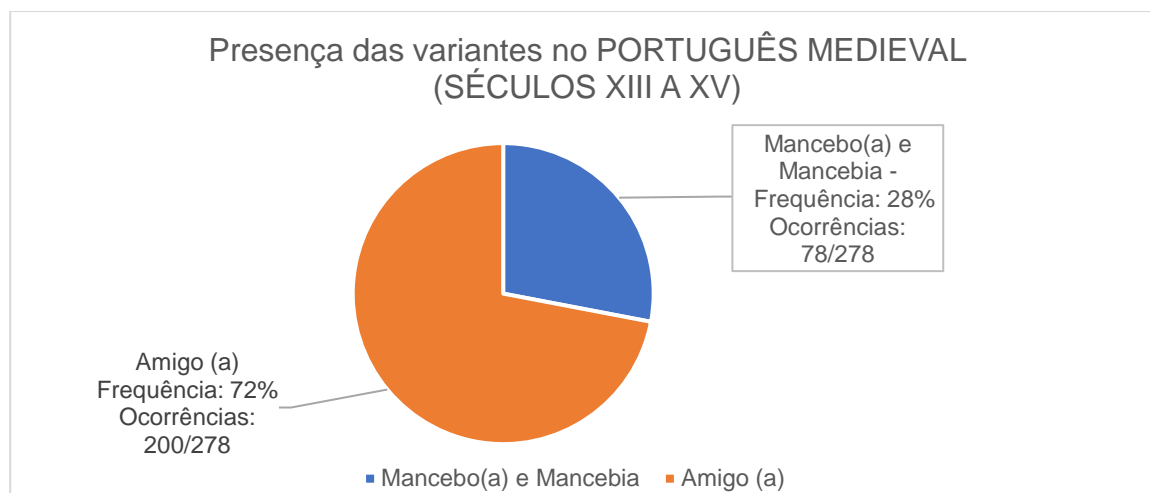
O motivo e tema das cantigas satíricas de escárnio e de maldizer são, por certo, os defeitos dos outros. E, embora esses sejam atribuídos a um indivíduo, representam, certamente, o imaginário e algumas práticas usuais naquela sociedade. (BORGES, 2018, p.52).

Ou seja, um campo fértil para o aparecimento de itens lexicais tabuísticos, como *amiga* na acepção de relação extraconjugal. Borges (2018) também retrata, em sua dissertação, o caráter transgressor de costumes e de valores/normas apresentado pelas cantigas medievais galego-portuguesas.

*Manceba* e *mancebo* também datam do século XIII, e ao que tudo indica, sua origem remonta à ideia de *juventude*. Na perspectiva de Nascentes (1966), *manceba* é forma derivada do masculino *mancebo*, vocábulo o qual, na sua visão, deriva do “lat. vulg. Hispânico *mancipu*, nominativo tirado da expressão *homo mancipii*, genitivo de *mancipium* “propriedade”. Êsses escravos tomados à mão (*manu capere*) na guerra, eram jovens.” (NASCENTES, 1966, p.64).

*Mancebia* consta, no século XIV, com a acepção de juventude. O verbo *amancebar* surge no século XVI, o que provavelmente indica que já era uma prática corrente na sociedade lusitana. Consultando-se o Corpus Informatizado do Português Medieval, com dados do século XIII ao XV, atestamos a presença das seguintes expressões:

**Gráfico 01** – Presença geral das variantes no português *medieval* (séculos XIII a XV)



Fonte: Dados do Corpus Informatizado do Português Medieval.

Somam-se 78 ocorrências de *mancebo(a)* e *mancebia* neste corpus. *Amigo(a)*, por sua vez, em ambos os gêneros, resulta em 200 ocorrências. Dessa forma, conseguimos visualizar a predominância do campo lexical da *amizade* no imaginário medieval, conforme assumimos anteriormente, com o grande impacto das cantigas galego-portuguesas. Para essa análise quantitativa, não discriminamos as acepções específicas das variantes, apenas consideramos os seus usos gerais, sabendo-se que são variantes extremamente polissêmicas para a época, pelo que já observamos na análise etimológica.

Não foram encontradas as variantes *concupino(a)/concupinato*, *amancebado(a)*, *amigado(a)*, *amásio(a)*, *amasiado(a)* no Corpus Informatizado do Português Medieval, composto por narrativas de livros de linhagens, cantigas de escárnio e maldizer, crônicas, textos e documentos notariais, dentre outros corpora datados dos séculos XIII a XV, período que, dentro da proposta da periodização de Lindley Cintra (*apud* GALVES, 2012) compreenderia português antigo e início do português médio.

A significação específica de *manceba* enquanto uma espécie de *amante* remonta pelo menos ao século XV, se tomarmos por base autos portugueses que enquadravam a prática da *barregania* enquanto crime. Isso vai de encontro à datação da acepção pejorativa da *mancebia*, conforme veremos em alguns autos criminais portugueses.

Jsabell alvarez marisqueira morador em esta nossa cidade de lixboam nos Enujou dizer que ella ouuera afeição carnall e esteuera por **manceba teuda e manteuda** de huum gonçalo çapata nosso moço da estrebaria e que ora consirando Ella como estaua Com elle em pecado mortall e per bem das nossas hordenaçoens sobre tall casso factas por que defendemos que huum nosso morador e cortessaaom nam tenha mançeba sse apartara delle E de sua Conuersaçam e que nam embargante de ella Ja asy ser apartada Diz que sse tijmja das nossa justiça E andaua por Ello amorada Emviando nos pidir por merçee que lhe perdoasemos a nosa Justiça sse nos a ella por a dicta Razam em alguuma guissa Era teuda (PORTUGAL, 1492, livro 7, fôlio 8, *apud* NASCIMENTO e CUNHA, 2020, p.74, grifos nossos)

Apesar de a grafia ser um pouco diferente, podemos localizar que a interdição do item lexical *manceba*, como reflexo do seu correlato social, data pelo menos do século XV em Portugal, período em que já havia marcas de pejoratividade suficientes para que a prática configurasse crime.

Em seguida, na linha cronológica, surge a variante *concupinário*, localizada no século XV. O que nos parece ser a variante mais inovadora, em termos temporais, é *amásio*, datando do século XVII. *Concupina*

e *Concubinato* estão datadas de 1813, na perspectiva de Cunha (2010), e Nascentes (1966, p. 196) registra que *concubina* vem do latim *concubina*, através de via erudita, como também é o caso de *concubinato*, derivada de *concubinatu*. Pelos veios da etimologia, as variantes cronologicamente mais novas são *amásia* (1813), *amasiar* (1844) e *amasiado* (1871), a partir de *amásio*.

Freitas (2017, p.66), em seu estudo sobre a história da família em Portugal e no Brasil, revela que, nesse processo sócio-histórico, há grande influência do que seria uma matriz lusitana do ideal de família, visando a defender a continuidade da casa, e preservando, desse modo, as tradições. Todavia, o custo a longo prazo de um matrimônio trazia uma série de implicações aos atores sociais da época:

[...] o índice de solteirismo era bastante alto nas cidades e explicável em parte pelas dificuldades econômicas, pelo alto custo do casamento, pela falta de pretendentes e pela morosidade dos processos nupciais. Além disso, os homens se queixavam dos deveres e obrigações que eram impostos pelos casamentos e preferiam viver solteiros ou mesmo concubinados. Esses arranjos familiares alternativos eram bastante costumeiros e provavelmente muitas mulheres recenseadas como chefes de família eram mantidas a distância pelo branco proprietário. (SAMARA, 1993, p. 53 *apud* FREITAS, 2017, p. 67)

Reforça-se ainda mais o caráter pejorativo das relações de *concubinato*, visto que havia muitas relações de poder, sustentadas pelo patriarcalismo, em jogo. O padrão comportamental e cultural da época desconsiderava e invalidava as formas alternativas de arranjos familiares, com muita influência dos dogmas da igreja, muito atuante em Portugal e também em suas colônias. Dessa maneira,

As relações não sacramentadas foram alvo constante dos moralistas e da Igreja Católica. Além das questões envolvendo a honra, status e reconhecimento social. As uniões sacramentadas simbolizavam uma legitimidade jurídica, econômica e social baseada na aceitação familiar. (FREITAS, 2017, p.68)

Outro importante fator de interdição da prática do concubinato, de acordo com Freitas (2017, p. 71) é que “as formas de união temporárias ou permanentes ao casamento eram a principal desencadeadora da solicitação de divórcio e, certamente, estavam na esteira da propagação da violência contra a mulher”, e isso ia de encontro ao projeto secular da instituição religiosa e do próprio patriarcalismo.

Podemos perceber essa influência na criminalização das práticas de concubinato e afins nos registros policiais do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, conforme veremos quantificado adiante:

**Tabela 01** – Ocorrências das variantes nos documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Séculos XIV a XX)

Designação	Ocorrências	Período
<b>Amancebada</b>	12	1462-1823
<b>Amancebado</b>	36	1544 – 1830
<b>Amásia</b>	2	1816-1864
<b>Concubina</b>	4	1731-1819
<b>Concubinato</b>	11	1558-1882

<b>Manceba</b>	113	1356 – 1805
<b>Mancebia</b>	81	1435-1953

Fonte: Elaboração do autor, com base nos documentos disponíveis <sup>1</sup> no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Embora as unidades lexicais *amigo* (409 ocorrências) e *amiga* (41 ocorrências), possuam alto índice de ocorrências, todas estas se perpetuam em outros contextos semânticos, que não são referentes às relações extraconjugais e extraoficiais, uma pista importante que pode ser interpretada como indício de mudança linguística.

Nos autos portugueses, pelo menos em termos de criminalização da prática, a *mancebia* foi a que pareceu permanecer viva e semanticamente inalterada na norma portuguesa por mais tempo, podendo ser considerado um item lexical pancrônico, já que esteve presente nos autos do português *médio* (LINDLEY CINTRA, *apud* GALVES, 2012), passando pelo português *clássico* e até mesmo sobrevivendo nas etapas iniciais do português *moderno*, se tomarmos a perspectiva cronológica de língua portuguesa deste autor. *Manceba*, por sua vez, parece ter lugar nesta amostra até meados do século XVI, entre a passagem do português *médio* para o português *clássico*.

Registra-se a primeira aparição de *manceba* com acepção já pejorativa em 1356, no seguinte título de auto: "Manda de Comba Pires, manceba de Pêro Mateus" (ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO, 1356, s.p.). Sua última ocorrência se dá, neste *corpus*, em 1805, "A acção prende-se com manceba. O suplicante justificou? perante a justiça que Rufina Rosa de Jesus é casada não vivendo com o seu marido vivendo em prostituição causando incómodo em toda a vizinhança." (ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO, 1805, s.p.). Nesse sentido, *manceba* parece ser a variante mais antiga e conservadora, em termos cronológicos, nesse campo semântico, depois de *amigo*, variante que demonstrou não ser interdita ao ponto de ser vista enquanto prática criminosa, dada a sua ausência dos atos criminais do *corpus*.

Partindo da premissa de que *manceba* teria derivado *amancebada*, confirmamos sua presença, pelo menos, a partir do século XIII (Cunha, 2010) ou século XIV, se tomarmos por base os arquivos da Torre do Tombo.

Neste *corpus*, *amancebada*, muito próxima de *mancebia*, em termos morfológicos, é a terceira unidade lexical a ser documentada, a partir de 1462, também no referido português *médio*, e permanecendo até, pelo menos, 1823, enquanto uma designação que feria a moral, os bons costumes e as normas socioculturais da época.

O correspondente masculino, *amancebado*, surge nos documentos da Torre do Tombo a partir de 1544, em fins do português *médio* (LINDLEY CINTRA, *apud* GALVES, 2012).

<sup>1</sup> Os documentos referidos são datados de 1435 a 1953, e são parte do corpus informatizado disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Dentre estes, estão autos criminais e cartas de perdão a crimes sexuais cometidos, o que comprova o alto grau de interdição das variantes em Portugal no período que compreende o português *médio*, o português *clássico* e até mesmo o português *moderno*.

Com base nessa periodização, a unidade *concubinato*, documentada a partir de 1558, já figuraria no assim chamado português *clássico*. Ou seja, pela análise dos arquivos da Torre do Tombo, no português *médio* apenas *mancebia* e suas formas derivadas eram designações já consolidadas na norma lexical.

Na norma portuguesa, entre século XV e começo do século XX, a *mancebia* (81 ocorrências entre 1435-1953) parece ser uma designação mais recorrente e com maior tempo de vida, tanto em termos lexicais quanto semânticos, do que o correspondente *concubinato* (11 ocorrências entre 1558-1882).

A presença, neste *corpus*, de *amásia* somente a partir de 1813, já no início do português *moderno* (LINDLEY CINTRA, *apud* GALVES, 2012), confirma o caráter cronologicamente inovador dessa variante ante as demais, conforme vimos a partir de Cunha (2010).

Curiosa é a ausência das formas participiais *amasiado(a)*, *amigado(a)* do *corpus* referente à norma portuguesa. Todavia, a forma participial *amancebado(a)* é bastante recorrente neste universo lexical.

Os dados obtidos a partir da consulta ao acervo também nos permitem pensar na valoração dos papéis sociais masculino e feminino da época na sociedade portuguesa, e na própria hierarquização patriarcal do período. Nos autos criminais, estão ausentes referências às formas masculinas *amásio* e *concubino*, enquanto as formas femininas estão bem contempladas. A variante *amancebado*, no entanto, foi muito mais produtiva no masculino (36 ocorrências) do que no correspondente feminino (12) no período observado.

Interessante também é a divisão semântica que Freitas (2017) faz, com relação aos termos *mancebia* e *concubinato*. De acordo com a autora, as relações de *concubinato* remontam à Roma antiga, e simbolizavam relações matrimoniais entre desiguais, em termos de classes sociais, tendo em vista a exclusividade do casamento para os iguais, no aspecto socioeconômico da questão. Este é um fato que desnuda muitos dos preconceitos formados, historicamente, com a prática do concubinato. São relações que vêm, naturalmente, das bordas, das margens, do periférico. A *mancebia*, por sua vez, revela casos de jovens mulheres que, ainda solteiras, acabaram por ser desonradas, e dado o caráter público da exposição, foram expulsas de casa, “[...] vale salientar que muito se utilizou o termo amancebar-se com a expressão “amigar-se”, ter afeto por alguém de modo ilícito.” (FREITAS, 2017, p.77).

O que pudemos notar, a partir da leitura de trabalhos de reconstituição da história social do Brasil Colonial, é que existem graus diferentes de interdição semântica para os itens lexicais *amigado*, *concubino* e *amancebado*, pelo menos no período do Brasil Colônia. Uma mostra interessante nos é dada na pesquisa realizada por Ribas Galvão (2006, p.46), em que o autor refaz uma tipologia dos crimes relacionados ao sexo em autos das Vilas de Curitiba e Paranaguá, entre os anos de 1750 e 1800. Nessa categorização, *amigar-se* sequer aparece, o que nos faz confirmar a hipótese do seu caráter menos pejorativo tanto na norma do português *médio* quanto no período inicial do Português Brasileiro, ao menos, se comparado as designações contemporaneamente sinônimas e igualmente interdidas. Vale ressaltar que, na perspectiva de Galves (2012), é a norma do português *médio* que adentra em terras brasileiras através das caravelas portuguesas, e isso pode justificar o caráter não pejorativo do item *amigar-se* nos primórdios do PB.

Nos autos consultados por Ribas Galvão (2006), constam as denominações *concubinato incestuoso*, *concubinato simples*, *concubinato adúltero*, *concubinato adúltero incestuoso*, *alcovitaria/lenocínio*, *prostituição*, *concubinato sacrílego*, *bigamia*, *incesto*, *mancebia*, *concubinato sacrílego adúltero*, *concubinato sacrílego incestuoso*, *rapto sacrílego*, *sedução*, *servícios contra a esposa e adultério*, respectivamente, em termos de frequência.



Percebe-se a maior interdição do item *concupinato* frente a mancebia, pelo alto número de formas compostas a partir dessa unidade nos autos relacionados, e também, se pensarmos em termos mais gerais, constituem-se 61 crimes de *concupinato* ante 3 de *mancebia*.

Esta pode ser uma grande diferença em relação à norma lusitana, se contrastarmos os autos criminais de Portugal e do Brasil. Quantificando somente as ocorrências de *concupinato* e *mancebia* no *corpus* brasileiro do século XVIII, atesta-se a sua prevalência em 95% dos casos (61) ante 5% (3) de *mancebia*.

Se observarmos a norma lusitana, fica perceptível uma evidente diferença, que podemos suavizar se pensarmos que a abrangência temporal das variantes em Portugal é maior. No intervalo temporal do século XV ao século XX, *mancebia* teve 88% de frequência de uso (81 ocorrências) ante 12% (11 ocorrências) de *concupinato*. Isso, ressaltamos, somando o percentual apenas dessas duas variantes, e desconsiderando as demais. São indícios suficientemente razoáveis para levantarmos a hipótese de uma competição de itens lexicais

Uma breve revisita ao Vocabulário Portuguez e Latino, de Padre Bluteau (1712 – 1728), fará com que visualizemos de forma mais detalhada aspectos semânticos que diferenciam tais formas linguísticas.

Quadro 05 – Acepções para as expressões em Bluteau (1712)

Designações	Acepção
<b>Amancebado; Amancebamento; Amancebarse</b>	<p><b>AMANCEBADO.</b> O que tem concubina. <i>Qui concubinam habet.</i> Mulher amancebada. <i>Mulier, que concubinam habet.</i> A palavra <i>Concupinus</i> he de H.rcio. Nem <i>concupinarius</i>, nem <i>concupinaria</i> são palavras latinas. Andar amancebado com huma mulher publica. <i>Herere un amorem apud aliquam metreticem.</i> Plaut. Andar amancebado com alguma cousa, terlhe demasiada afeição. Ana amancebado com as suas fazendas, herdades, ou terras. <i>Est illi cum predijs suis cognatio</i>, a imitação de Cicero, que diz na oração pro Sylla 39. <i>Cincius nunquam sibi cognationem cum predijs esse existimavit suis.</i></p> <p><b>AMANCEBAMENTO.</b> O pecado dos que tem concubinas. <i>Concupinatus, us.</i> Plaut. Sueton. Amancebamento de mulher com homem casado. <i>Pellicatus, us. Masc. Cic.</i></p> <p><b>AMANCEBARSE.</b> Tomar manceba, concubina. <i>Impure Libiduni se dare, ou se dedere.</i> Amancebarse com mulher de má vida. <i>Insuescere corpus meretrici.</i> Columel.</p>
<b>Amigarse; Amiga</b>	<p><b>AMIGARSE</b> - Tomar amizade ilícita. Vid. Amancebarse. Se <i>Amigou</i> com este Pero Lobo em muito segredo. Miscelan. de Leitaõ, pag. 576.</p> <p><b>AMIGA</b> – Amiga de homem casado.</p>
<b>Amásia, amasiarse</b>	AUSENTE
<b>Concupina; Concupinato</b>	<p><b>CONCUBINA.</b> Cõcubina. A mulher, com aqual habita e cohabita hum homem, como se fora sua propria mulher.</p> <p><b>CONCUBINATO.</b> Concupinató. <i>Concupinatus.</i> O concupinató de homem casado.</p>

Fonte: Bluteau (1712).

A análise do *corpus* nos permite relacionar que, de fato, *amancebamento*, *concupinato* e *amizade* já funcionavam em relação de sinonímia no século XVIII. Pelas definições apresentadas pelo lexicógrafo, isso

fica evidente. Na definição do *amancebamento*, percebe-se uma grande influência dos costumes e dos dogmas cristãos na norma comportamental da época, uma vez que o lexema está relacionado ao sema *pecado*.

Complementarmente, podemos perceber um grau elevado de interdição da *mancebia*. O mesmo lexicógrafo registra: “Mancebia. Desonestidade de mulheres impudicas. Putaria. Casa de más mulheres. Mancebia de vícios. Lugar onde se ensinão e praticão vícios” (BLUTEAU, 1712, p. 280). Atrela-se a prática da *mancebia* a mulheres impudicas, o que revela muito da cosmovisão da época, bastante misógina, uma vez que o peso moral da prática recai somente sobre a mulher, e não sobre o homem, como evidenciado nas acepções. Outro aspecto relevante é a utilização de *mancebia* para designar um lugar onde se ensinam os vícios, e no qual se pratica o sexo, uma espécie de prostíbulo. Novamente, nessa segunda acepção, a carga semântica atrelada às mulheres praticantes da *mancebia* é extremamente pejorativa, são vistas como más mulheres. Por fim, acreditamos que a maior interdição de *mancebia* ante *concubinato* neste registro lexicográfico tende a ver com a origem de seu autor, de nacionalidade portuguesa. Conforme já vimos, a *mancebia* parece ser mais recorrente e interdita que o *concubinato* neste período em Portugal.

As definições de *amiga*, *concubinato* e *amancebamento*, em comum, dizem respeito, estritamente, a uma relação extraconjugal, na qual o homem já está casado. *Concubina*, por sua vez, parece ser termo mais geral, e estar mais relacionado com relações amorosas socialmente assimétricas, uma possível influência social e também situacional no trato das relações do período.

Tais definições podem ser corroboradas pela presença ou ausência das denominações no *corpus* do DHPB (Dicionário Histórico do Português do Brasil), que engloba o léxico do período colonial no Brasil. As acepções trazidas para os vocábulos encontrados nesse registro lexicográfico constam no quadro seguinte:

Quadro 06 – Acepções das expressões em Biderman e Murakawa (2021)

Expressão	Amancebado	Amancebamento	Concubina
<b>Acepções</b>	Amante, amásio. [...] e que nisto vira aCudir lla gaspar masiel jrmaõ do dito migel masiel dizemdo e descompomdose em pallauras chamando ao ouuidor de galleguo e que era h amansebado e que ouiuo dizer que ao outro dia ffora ho dito gaspar masiel pella porta do ouuidor [...]. desconhecido (1958) [1607], AUTO MANDADO FAZER PELO OUVIDOR ANTÔNIO D' ANDRADE CAMINHA, SÔBRE PALAVRAS INJURIOSAS E AFRONTOSAS QUE LHE FORAM DIRIGIDAS PELOS IRMÃOS MIGUEL E GASPAR MACIEL -	União livre e estável de um homem e uma mulher que não são casados um com o outro.  Por m naõ fe admittir den ciaçaõ, ou accuçaõ criminal em nofso juízo contra peffloa leyga para effeyto de fer caftigada, por fe dizer, que cõmetteo adulterio, fe juntamente naõ houver infamia, & perfeverança, que induza amãcebamento.  DOM SEBASTIÃO MONTEYRO DA VIDE (1720) [1707], LIVRO QUINTO DAS CONTITUIÇOENS DO ARCEBISPADO DA BAHIA [A00_2466-007 p. 360].	1. Mulher que vive com um homem sem ser casada com ele.  [...] e levada do furor do ciume entrou h a noute pela caza da concubina, e achando nella o marido lhe afeou com vigorosas palavras o seu delicto, e pegando delle, o poz fora da caza. Irado o marido sacou de hua faca e lha meteo por hum lado; [...]. FR.  DOMINGOS DE LORETO COUTO (1904) [1757], LIVRO SETIMO – PERNAMBUCO ILLUSTRADO PELO

	<p>1615 (23) [A00_2104 p. 108].</p> <p>1ª datação [1549]</p> <p>E estes amancebados tenho amoestado, por vezes, asi em pregações em geral como em particular; e huns se casão com algumas molheres se se achão, outros com hasmesmas negras, e outros pedem tempo para venderem as negras, ou se casarem. P. MANUEL DA NÓBREGA (1956) [1549], CARTA DO P. MANUEL DA NÓBREGA AO P. SIMÃO RODRIGUES, BAÍA 9 DE AGOSTO 1549 [A00_0002 p. 120].</p>	<p>E fendo o amancebam to com filha efpiritual, ferá castigado cõ mais graves penas.</p> <p>DOM SEBASTIÃO MONTEYRO DA VIDE (1720) [1707], LIVRO QUINTO DAS CONTITUIÇOENS DO ARCEBISPADO DA BAHIA [A00_2466-007 p. 369].</p> <p>Sendo alguma mulher cafada comprehendida em amãcebam to, fe o marido for tal peffoã, q provavelmente fe tema perigo de vida, ou de outro máo tratam to cõfideravel</p> <p>[...]. DOM SEBASTIÃO MONTEYRO DA VIDE (1720) [1707], LIVRO QUINTO DAS CONTITUIÇOENS DO ARCEBISPADO DA BAHIA [A00_2466-007 p. 367].</p> <p>1ª. datação [1583]</p> <p>[...] nellas se colheu copioso fructo e se baptisaram passante de tres mil almas, e se casaram muitos em lei de graça, tirando-os de amancebamentos, ensinando -lhes a doutrina, pondo os discordes em paz, [...]. PADRE FERNÃO CARDIM (1980) [1583], III</p> <p>- INFORMAÇÃO DA MISSÃO DO P. CHRISTOVÃO GOUVÊA ÁS PARTES DO BRASIL - ANNO DE 83, - OU NARRATIVA EPISTOLAR DE UMA VIAGEM E MISSÃO JESUÍTICA [A00_0751 p. 158-159].</p>	<p>SEXO FEMENINO [A00_0824 p. 174].</p> <p>2. Rameira, prostituta.</p> <p>A torpe concubina oferta o braço: Ali mancebo ousado assiste, e fala A simples filha, que seus Pais recatam. A ligeira mulata em trajes de homem Dança o quente lundu, e o vil batuque; E aos cantos do passeio inda se fazem Ações mais feias, que a modéstia oculta. TOMÁS ANTÔNIO GONZAGA (2000) [1789], CARTA 6ª [A00_1218 p. 143].</p> <p>1ª. datação [1562]</p> <p>Quis Nosso Senhor que naquella primeira forão tocados muitos do Senhor, principalmente o Capitão, que tinha em casa huma concubina que trouxe do Reino &amp; convidou-me a jantar [...]. P. LUÍS RODRIGUES (1956) [1562], CARTA DO P. LUÍS RODRIGUES AO P. GONÇALO VAZ DE MELO, ILHÉUS II DE MARÇO 1562 [A00_0060 p. 538].</p>
--	---	---	---

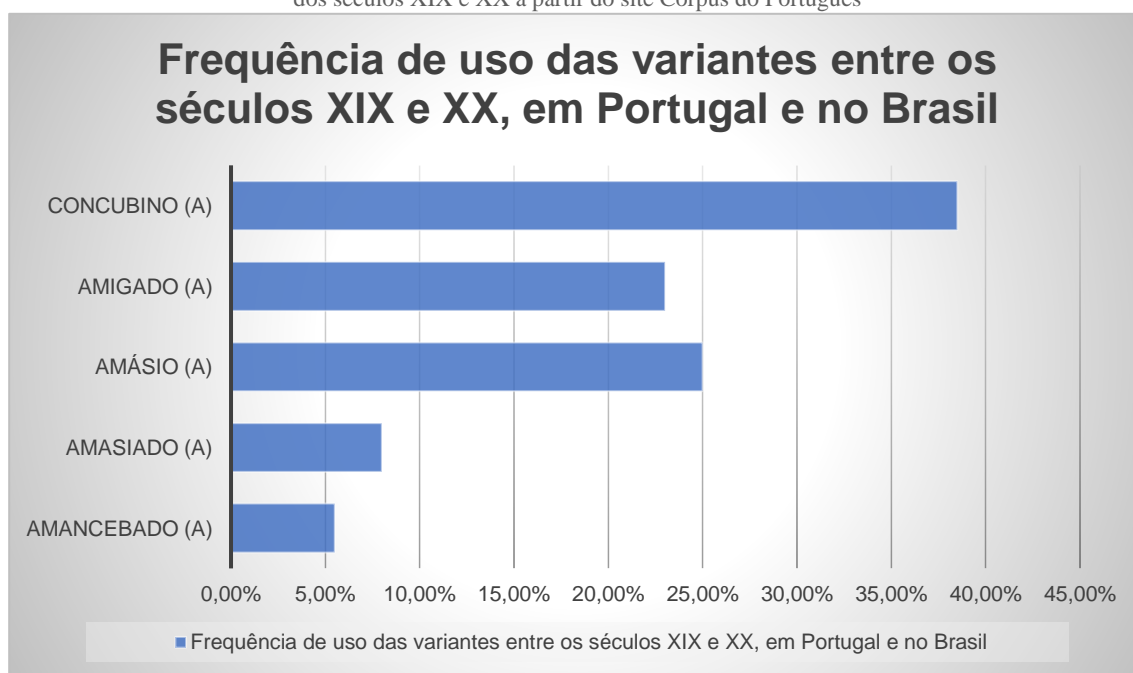
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do DHPB (BIDERMAN; MURAKAWA, 2021).

Observando-se as denominações arroladas nesse *corpus*, reafirma-se a relação de sinonímia entre as designações *amancebado* e *amásio*, incluindo-se nessa relação a variante *amante*. Um detalhe pertinente é que Cunha (2010), conforme já exposto, registra o vocábulo *amancebar* a partir do século XVI, e essa tendência também se confirma no DHPB, visto que a denominação *amancebado* já é registrada em 1549 por esse *corpus*. Além disso, o *amancebamento* como forma de união data de 1583, segundo os dados do DHPB, reforçando a vinculação dessa denominação ao período citado. Percebe-se, no trecho exemplificado para definir *amancebamento*, o reiterado caráter criminal da prática de acordo com as normas sociais da época.

Isso também é percebido na acepção proposta por Bluteau (1712), através da qual se encobre o significado da denominação com um significado atrelado ao universo religioso, sendo definida como prática pecaminosa de acordo com os padrões morais do período. A citação para *concupina* no DHPB também o vincula ao vocábulo *delito*, reiterando sua pejoratividade no léxico brasileiro já no período colonial, provavelmente por influência dos costumes portugueses que aqui aportaram. As denominações *amigarse* e *amasiarse*, e seus correspondentes *amigo(a)* e *amásio(a)* não constam no *corpus* do DHPB, denotando que, possivelmente, nesse momento histórico, as variantes ainda não eram tão difundidas no Brasil, pelo menos não nos documentos escritos. Futuramente, estudos mais aprofundados sobre a integração das variantes no português brasileiro poderão explicar mais profundamente o momento de entrada dessas denominações no país. Nesse sentido, *corpora* históricos como o DHPB são extremamente úteis, pois trazem informações inclusive sobre a frequência de uso das denominações em sua base de dados.

Retomando a análise quantitativa, observemos os resultados da análise quantitativa de um total de 140 ocorrências das variantes presentes nos *corpora* dos séculos XIX e XX do Brasil e de Portugal, a partir do site Corpus do Português.<sup>2</sup>

Gráfico 02 – Presença das variantes em *corpora* brasileiros e portugueses dos séculos XIX e XX a partir do site Corpus do Português



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados presente no site Corpus do Português.

A quantificação nos demonstra a predominância da variante *concupino(a)* para designar as pessoas que vivem em relação extraconjugal e/ou extraoficial na história mais recente da língua portuguesa, se considerarmos o português *moderno* (LINDLEY CINTRA *apud* GALVES, 2012) e o português brasileiro. Optamos, neste trabalho inicial, em não discriminar entre dados da norma lusitana e da norma brasileira. Este viés dialetológico poderá ser aplicado de forma mais detalhada em trabalhos posteriores, que deem

<sup>2</sup> Endereço do site: <https://www.corpusdoportugues.org/hist-gen/>

conta de explicar os processos de variação do campo semântico-lexical das relações extraconjugais na mais recente norma lexical lusitana e na norma brasileira, se pensadas em contraste.

*Amásio* e *amigado* parecem ser formas em competição, todavia, ambas com produtividade lexical relativamente menor que em relação à variante predominante na história recente da língua portuguesa, *concupino(a)*. As formas participiais *amancebado* e *amasiado* parecem estar tendendo ao desuso, com pouca frequência de uso nos *corpora* analisados. A quantificação demonstra a grande primazia de *amigado*, forma participial de *amigo*, em relação a *amancebado*, forma participial de *mancebo*, variantes concorrentes no português *medieval/antigo*, conforme observamos anteriormente. Isto reforça o caráter pancrônico do item lexical *amigo/amigado* e do seu campo lexical, ainda que não seja a variante de maior utilização nos dias atuais.

## Considerações finais

Não consideramos para esta análise itens lexicais como *barregania* e seu campo lexical, nem *amante*, por entendermos que aumentaria consideravelmente a extensão do trabalho. Estudos mais detalhados futuramente poderão dar conta de lacunas apresentadas nesse estudo. Todavia, previamente, chegamos a algumas conclusões.

*Amigo(a)* é uma variante de alta frequência no *corpus* do português medieval, estando presente desde o século XIII em língua portuguesa, quando ainda se falava *galego-português* (VASQUES-CUESTA *apud* GALVES, 2012) ou português *antigo* (LINDLEY CINTRA *apud* GALVES, 2012). Todavia, o grau de interdição dessa variante não parece ser tão alto, e soa estar muito mais ligado ao contexto sociocultural da época, sob grande influência das cantigas de *amigo*. O ato de *amigar* está datado do século XVII, segundo as fontes etimológicas. Todavia, *amiga* já pode ser considerada na acepção de relação extraconjugal ou extraoficial ainda no latim. Manteve o seu sentido original ao passar para o português, o que o faz adquirir um caráter pancrônico. Todavia, parece ter seu uso reduzido com a passagem ao português *médio* (LINDLEY CINTRA *apud* GALVES, 2012), tanto que sequer figura entre os autos criminais portugueses da época com o significado que buscamos. *Amigado*, forma participial dessa variante, volta a aparecer em obras literárias dos séculos XIX e XX, como terceira variante mais recorrente, com 23% de produtividade lexical, o que atesta o caráter pancrônico deste campo lexical na língua portuguesa, tanto na norma portuguesa quanto na norma brasileira, se consideramos a sua presença em pelo menos dois estágios da história da língua portuguesa (*antigo* e *moderno*) e no próprio latim.

O campo lexical da *mancebia* parece estar em concorrência com o campo do *amigo(a)* durante o português medieval, todavia sua difusão nos textos medievais portugueses é bem menor do que o da outra variante. *Mancebo(a)* demonstra ser variante já presente nos textos do português *antigo*, ocorrendo em todas as fases seguintes (português *médio*, português *clássico* e português *moderno*, sob a forma participial *amancebado*) com a acepção pejorativa voltada às relações extraconjugais e/ou extraoficiais. Na verdade, o seu uso fica mais difícil de precisar apenas durante o português *antigo*, devido à polissemia do vocábulo. Tal problema parece ficar menos recorrente nos estágios seguintes de língua, pois o significado especializado já aparece nos autos criminais portugueses do século XV até o século XX. O campo lexical da *mancebia*

também parece ter se mantido enquanto pancrônico na história língua portuguesa, porém a forma participial *amancebado(a)* ocorre, em pequena frequência, também nas obras literárias portuguesas e brasileiras consultadas dos séculos XIX e XX, o que nos faz levantar a hipótese de que a variante derivada de *mancebo* esteja caindo em desuso no português contemporâneo. Outra hipótese é que esta variante, originalmente lusitana, esteja enraizada especificamente às tradições da norma portuguesa na contemporaneidade, o que poderá ser atestado com um estudo contrastivo de cunho histórico-dialetológico.

Já o campo lexical do *concubinato*, apesar de datar de 1813, segundo Cunha (2010), aparece em autos criminais portugueses do século XVI, enquanto *concubina* está registrada, pelo menos, desde Bluteau (1712). Cunha (2010) ressalta que a variante vem do correspondente em latim, porém a sua presença, nas sincronias da língua portuguesa, só passa a se dar, de fato, no estágio de transição entre português *médio* e português *clássico* (LINDLEY CINTRA *apud* GALVES, 2012), por volta do século XVI, de acordo com os dados do DHPB. Também aparece com grande frequência nos documentos criminais paranaenses consultados do século XVIII, ainda no período colonial brasileiro.

No século XVIII, parece haver uma concorrência entre *concubinato* e *mancebia*, pelo menos se pensarmos no *corpus* criminalístico, onde pudemos observar a grande difusão de variantes derivadas do *concubinato* para designar crimes contra a honra no Brasil da época. *Mancebia*, por sua vez, parece ter maior difusão nos autos criminais portugueses da época. Isso se considerarmos a perspectiva de Bluteau (1712) que arrola as variantes como sinônimas já nesta época, o que nos permite identificá-las enquanto variantes em competição. Com isso, parece haver uma competição de gramáticas. A variante que predomina em Portugal não tem a mesma produtividade lexical em solo brasileiro, e vice-versa. Isso poderá ser comprovado em estudos dialetais que contrastem as normas da língua portuguesa referentes ao campo semântico-lexical das relações extraconjugais sob o viés da Linguística Histórica. Ressalta-se que *concubino(a)* é o campo lexical mais recorrente e produtivo nos *corpora* analisados do século XIX e XX em Portugal e no Brasil, com 38,5% de frequência de uso, o que atesta a sua predominância na língua portuguesa escrita contemporânea.

Por fim, *amásia* e seus derivados parecem ser as variantes mais recentes na história da língua, para designar o campo das relações extraconjugais e/ou extraoficiais, remontando somente aos séculos XIX e XX, estágios em que já estão consolidadas a norma do PB e a norma do PE *moderno*. Um indício da menor presença da variante *amasiado(a)* em Portugal é a sua ausência do *corpus* lexicográfico de Bluteau (1712). Ao nosso ver, trata-se da variante mais inovadora e recente na história da língua portuguesa, para designar esse tipo de relacionamento, inclusive sendo pouco difundida entre os séculos XIX e XX, conforme demonstra a análise quantitativa.

Os resultados desse estudo nos permitiram realizar uma contextualização sócio- histórica do encaixamento das expressões pertencentes ao campo semântico das relações extraconjugais e/ou extraoficiais na história da língua portuguesa, considerando-se o seu status de tabu linguístico de decência. Esperamos, em futuros estudos, descrever a norma lexical atual tanto no PB e no PE, em contraste com os dados desses *corpora* históricos, em uma perspectiva histórico-dialetológica.

## Referências bibliográficas

- BIDERMAN, M. T. C. O léxico, testemunha de uma cultura. In: **Actas do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Románicas**. Sessão II: Lexicología e Metalexigrafía. Vol.2, 1992, p.397-405.
- BIDERMAN, M. T. C. As Ciências do Léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. **As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia**. 2 ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2001, p. 13-22.
- BIDERMAN, M. T. C.; MURAKAWA, C. DE A. A. (org.). **Dicionário Histórico do Português do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII**. Araraquara: FCL-UNESP, 2021. Disponível em: <http://dicionarios.fclar.unesp.br>. Acesso em: 07 jul 2022.
- BLUTEAU, R. **Vocabulário portuguez e latino**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. (Acervos on-line). Acesso em: 10 set 2021.
- BYBEE, J. **Mudança linguística**. Tradução: Marcos Bagno. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020 (Coleção de Linguística).
- CUNHA, A.G. da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 4ª ed., revista pela nova ortografia. – Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- FARACO, C. A. **Linguística Histórica: introdução ao estudo da história das línguas**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. v. 1. 214p .
- FREITAS, D. T. L. **Para além do matrimônio: formas de união, relações familiares e sociais na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822)**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: 2017.
- GALVES, C. Periodização e competição de gramáticas: o caso do português médio. In: LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 65-74.
- HUMANITIES, National Endowment for the. **O corpus do português**. 2016 [2006]. Versão digital. Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/x.asp>. Acesso em: 18 set 2021.
- ILARI, R. **Linguística Românica**. 3ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- ISQUERDO, A. N. Normas lexicais no português do Brasil e desafios para a lexicografia brasileira. In: José Sueli de Magalhães; Luiz Carlos Travalia. (Org.). **Múltiplas Perspectivas em Linguística**. 1ed.Uberlândia - MG: EDUFU, 2008, v. I, p. 447-458.
- KROLL, H. **O eufemismo e o disfemismo no português moderno**. 1ª edição. 1984. Biblioteca Breve. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- MATTOS E SILVA, R.V. **O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2006
- MATTOS E SILVA, R. V. **Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola, 2008. 206p.
- MATTOS E SILVA, R. V. O conceito relativo de neologismo e arcaísmo: um estudo pancrônico. In: OLIVEIRA, K.; CUNHA E SOUZA, H.F.; SOLEDADE, J., Orgs. **Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 11-20.

- NASCENTES, A. **Dicionário Etimológico Resumido**. Instituto Nacional do Livro: Ministério da Educação e Cultura. 1966.
- NASCIMENTO, D. da S. M. do; CUNHA, A. C. A. O crime de barregania no reinado de D. João II: O caso de Jsabell Aluarez. Passagens. In: **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, vol. 12, núm. 1, 2020. Universidade Federal Fluminense, Brasil.
- ORSI, V. Lexicologia: o que há por trás do estudo das palavras?. In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. S. (Org.). **Ciências da Linguagem: O fazer científico?**. 1ed. Campinas: Mercado de Letras, 2012, v. 1, p. 163-178.
- RIBAS GALVÃO, R. **Relações amorosas e ilegitimidade: formas de concubinato na sociedade curitibana (segunda metade do século XVIII)**. 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba: 2006.
- SAUSSURE, F de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].
- SOUTO MAIOR, M. **Dicionário de palavrão e termos afins**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2010 [1980].
- ULLMANN, S. **Semântica: uma introdução à ciência do significado**. Tradução de J.A. Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 5ª edição. 1964.
- UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. **Cantigas medievais galego-portuguesas: corpus integral profano (obra completa, 2 vol.)**. 2011-2012. Disponível em: <https://cantigas.fcsh.unl.pt/>. Acesso em: 13 set 2021.
- UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, Centro Linguístico da. **Corpus informatizado do Português Medieval**. Disponível em: <https://cipm.fcsh.unl.pt/>. Acesso em: 18 set 2021.